

---

## **O TEXTO LITERÁRIO E A HISTÓRIA DOS AFROBRASILEIROS: UM OLHAR SOBRE O LIVRO DIDÁTICO E AS POLÍTICAS PÚBLICAS DE INCLUSÃO**

Autor: Paulo de Oliveira Nascimento  
Graduando em História pela Universidade Estadual da Paraíba – UEPB  
e-mail: mad.mada@hotmail.com  
Orientadora: Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Alba Cleide Calado Wanderley  
e-mail: amoroma44@hotmail.com

### **Considerações Iniciais**

Em 1929, o Estado brasileiro criou o Instituto Nacional do Livro – INL, “contribuindo para dar maior legitimação ao livro didático nacional e, conseqüentemente, auxiliando no aumento de sua produção” (BRASIL, 2010). Com o decreto nº 91.542/85, cria-se o Programa Nacional do Livro Didático – PNLD, promovendo uma “democratização” tanto em termos da escolha por parte dos professores quanto pela abrangência do número de alunos por série. Passou-se a um aumento gradativo da oferta de livros para todas as etapas do ensino básico, bem como a confecção de obras didáticas destinadas a alunos portadores de necessidades especiais e que trazem abordagens variadas no que tange os conteúdos.

Importantes ferramentas pedagógicas, os livros didáticos “são também produtos de grupos sociais que procuram, por intermédio deles, perpetuar suas identidades, seus valores, suas tradições, suas culturas” (CHOPPIN apud BITTENCOURT, 2005, p. 69). Discutindo sobre a complexidade do livro didático, Bittencourt caracteriza-o como a) mercadoria, b) depositário dos conteúdos escolares, c) instrumento pedagógico e d) veículo portador de sistemas de valores, enquanto ideologia e cultura. Sobre esta última característica, a autora diz que “várias pesquisas demonstram como textos e ilustrações de obras didáticas transmitem estereótipos e valores dos grupos dominantes, generalizando temas, como família, criança, etnia, de acordo com preceitos da sociedade branca burguesa” (BITTENCOURT, 2005, p. 72). Nosso olhar, neste trabalho, lança-se sobre os livros didáticos da 6<sup>a</sup> e 7<sup>a</sup> séries da coleção *História em documento: imagem e texto* (RODRIGUE, 2006), com destaque para três textos literários (*O garimpeiro Isidoro*, *Cancioneiro da Inconfidência* e *Negrinha*) que abordam a questão do negro na História do Brasil e, integrando o livro didático, propõe um olhar diferente para temas referentes à História afrobrasileira, sob a óptica das políticas públicas de inclusão, como a Lei nº 10.639/03 e o PNLD.

## **O livro didático e as políticas públicas de inclusão**

O Programa Nacional do Livro Didático, enquanto política pública de inclusão, tem como um dos objetivos a “democratização do acesso às fontes de informação e cultura” (BRASIL, 2010). Suas diretrizes baseiam-se, entre outras coisas, no a) respeito ao pluralismo de ideias e concepções pedagógicas, b) respeito às diversidades sociais, culturais e religiosas e c) respeito à liberdade e o apreço à tolerância. Para ser validada a escolha, pelo PNLD nas fases de triagem e pré-análise, a obra didática precisa atender a alguns critérios, comuns e/ou específicos. Um deles é “o respeito à legislação, às diretrizes e normas gerais da educação [e] a observância de princípios éticos necessários à construção da cidadania e ao convívio social republicano” (BRASIL, 2010). Neste sentido, os livros que são enviados às escolas como opções para a efetiva escolha, em tese, atendem aos critérios estabelecidos pelo MEC, a partir do PNLD, restando aos professores escolher aqueles que melhor se adéquem à realidade de seus alunos. Essa política de escolha realiza uma filtragem daqueles livros que melhor atendem aos anseios dos grupos dominantes. São obras que trazem, no seu conteúdo e forma, valores e ideologias, fruto das culturas majoritárias e que pretendem impregnar, nos sujeitos enquanto alunos e consumidores destas obras didáticas, tais valores.

A Lei nº 10.639/03 “inclui no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática „História e Cultura Afro-Brasileira”” (BRASIL, 2003). A partir desta lei, “os conteúdos referentes à História e Cultura Afro-Brasileira [deverão ser] ministrados no âmbito de todo o currículo escolar, em especial nas áreas de Educação Artística e de Literatura e História Brasileiras” (BRASIL, 2003). A lei tem a pretensão de resgatar a História dos negros e de sua imensa contribuição cultural, numa espécie de ato compensatório por todas as injustiças cometidas aos africanos e as seus descendentes. A importância deste resgate dá-se especialmente quanto levamos em consideração o fato de estes indivíduos terem sido “calados” pelos discursos oficiais, após o 13 de maio de 1888. Tem havido um movimento de renovação no campo dos estudos sobre a escravidão desde a década de 1980, como atesta Oliveira (2008), onde alguns pesquisadores atentam para as diversas formas de supressão do negro na sociedade escravista.

Retomando a relação entre cor e condição social como critério de hierarquização no Antigo Regime, a autora [Sílvia Lara] procura demonstrar que, na segunda metade do Setecentos, tais critérios já não eram mais suficientes para garantir uma política

de dominação. A ascensão de pardos e mulatos teria contribuído para confundir aqueles critérios, tornando necessária então uma hierarquização de signos classificatórios em torno da designação ‘negro’. Segundo Silvia Lara, tal generalização funcionaria como uma espécie de defesa da elite senhorial em relação ao impacto causado pela multidão de pretos e mulatos, e esse mesmo impacto seria revelador da própria contradição gerada pelo funcionamento do sistema escravista. Talvez essa questão tenha a ver com aquilo que Hebe Mattos (1995) identifica; o silêncio em relação à cor no século XIX, que faria parte de um fenômeno de reação à política homogeneizadora, afirmando uma leitura igualmente política e autônoma dos ‘homens de cor’ (OLIVEIRA, 2008, p. 1211).

Após a abolição da escravatura, a situação dos negros enquanto párias sociais piorou em muitos aspectos. Como atesta Wissenbach,

A pecha de vagabundos e ociosos, desorganizados social e moralmente, que lhes foi atribuída na visão daqueles que reconstruíam o país após a desmontagem do regime escravista, impede à princípio a interpretação de suas trajetórias sociais enquanto movimentos singulares, vivenciados nos limites do possível, mas com base em escolhas e valores próprios (WISSENBACH, 1998, p. 52).

O pós-abolição sufocou mais que as “poucas regalias” de alguns dos antigos escravos. O agravamento das péssimas condições de vida dos negros é apenas uma das faces de tudo o que a sociedade patriarcalista/racista brasileira promoveu. Entendemos que o ponto de partida do processo de inclusão das manifestações culturais afro é a escola, dado o seu *locus* privilegiado na construção dos indivíduos enquanto cidadãos e espaço disseminador de ideais a serem assimilados pela sociedade. Como já enfatizamos, o livro didático constitui-se enquanto produto cultural promotor de valores de grupos dominantes, e refletem anseios destes grupos. A Lei nº 10.639/03 e seus desdobramentos congregam uma série de reivindicações de grupos negros que lutam por seus direitos, pelo fim do preconceito e pelo reconhecimento de seus valores histórico-culturais e suas contribuições para a sociedade.

Para Bittencourt, “o livro didático realiza uma transposição do saber acadêmico para o saber escolar no processo de explicitação curricular” (BITTENCOURT, 2005, p. 72) e como a renovação dos estudos sobre a escravidão apontada por Oliveira (2008), a partir da década de 1980, e as crescentes políticas públicas de inclusão (Lei nº 10.639/03, PNLD), nos deparamos com os textos literários *O garimpeiro Isidoro*, *Cancioneiro da Inconfidência* e *Negrinha* postos nos volumes da 6ª e 7ª séries da coleção **História em Documento: imagem e texto** (RODRIGUE, 2006) concebendo esta obra como elemento componente no processo de inclusão da História dos afrobrasileiros nas escolas, refletindo tanto as políticas públicas de inclusão quanto os novos olhares acadêmicos que se lançam sobre a História dos negros no Brasil e sua transposição para as salas de aula dos Ensinos Fundamental e Médio.

*O garimpeiro Isidoro*, componente das *memórias do Distrito Diamantino*, escritas por Joaquim Felício dos Santos em 1868, trata da fuga de um “escravo mulato”, que se torna garimpeiro junto com outros escravos fugidos e passa a realizar a exploração ilegal de diamantes. A exploração de diamantes estava sob controle direto da coroa portuguesa desde 1771, após a experiência mal sucedida com os contratadores. Aqueles que se arriscavam com o contrabando das pedras preciosas eram severamente punidos. Segundo o memorialista, foi o que aconteceu com Isidoro, que teria sido castigado tanto pela prática da exploração irregular de diamantes quanto por ter omitido os nomes dos receptadores das pedras encontradas por ele. Este texto coloca o negro Isidoro como valente, corpulento, altivo, resistente, mártir, trazendo uma imagem diferente do negro a partir desta adjetivação. O narrador “dá voz ao povo”, quando “reproduz” sua fala na ocasião em que Isidoro entrava no arraial do Tijuco, no ano de 1809: “Lá vem o mártir, o homem inocente”. Isidoro seria a representação de um povo oprimido pela exploração colonial. Devemos atentar para as datas relacionadas no texto, sendo que o episódio narrado teria ocorrido em 1809 e o texto teria sido escrito em 1868, ou seja, 59 anos após o acontecido. A temporalidade dos acontecimentos narrados torna tal texto uma sequência narrativa que “desenvolve-se necessariamente numa linha de tempo e num determinado espaço” (TERRA; NICOLA, 2004, p. 59). Um texto escrito a partir da rememoração de um dado acontecimento, que se quer perpetuar toda a coragem de Isidoro. Os indivíduos para construir suas identidades vão buscar no passado seus símbolos. Este resgate, trazido pela rememoração de um episódio ocorrido havia 59 anos, lança olhares sobre uma constituição identitária, na medida em que Isidoro figura como personagem de ares heróicos. “Ao firmar uma determinada identidade, podemos buscar legitimá-la por referência a um suposto e autêntico passado (...) que poderia validar a identidade que reivindicamos” (WOODWARD, 2000, p. 27).

Cecília Meireles situa-se no segundo momento do modernismo brasileiro como uma escritora intimista que traz como característica principal a transitoriedade, e um caráter introspectivo, voltado para certa temporalidade, um resgate do passado, tanto do conteúdo quanto da forma. No *Romanceiro da Inconfidência*, Cecília vai extrair de um acontecimento localizado geograficamente e cronologicamente valores de liberdade, de luta, de amor, ao falar da corrida pelo ouro, da riqueza que este trouxe para uns e da miséria para outros. Aborda a exploração do trabalho escravo, fazendo uso da licença poética, inerente à obra literária, para denunciar a situação degradante a qual os escravos mineiros eram submetidos. Cecília escreveu seu texto cerca de dois séculos após os acontecimentos inspiradores, e resgata, como

já enfatizamos, tanto o conteúdo quanto a forma, compondo seu poema em redondilha, um estilo métrico medieval.

Monteiro Lobato é considerado um pré-modernista por trazer em sua obra duas características inerentes a este momento da estética literária brasileira: o regionalismo e a denúncia da realidade social. “O preconceito racial e a situação dos negros após a abolição foi [o] tema abordado pelo autor em *Negrinha*” (TERRA; NICOLA, 2004, p. 474). Um trecho desta obra abre o capítulo 17 do livro da 7ª série (RODRIGUE, 2006, p. 246), que trata de questões trabalhistas, envolvendo os negros e imigrantes, a abolição, os conflitos no pós-abolição. As personagens de *Negrinha* “são gordas senhoras que, num falso gesto de bondade, ‘adotavam’ meninhas negras para escravizá-las em trabalhos caseiros” (TERRA; NICOLA, 2004, p. 474).

O trecho escolhido por Rodrigue ilustra muito bem, a partir do olhar do literato, situações às quais muitos dos ex-escravos e seus descendentes eram submetidos no pós-abolição. No fragmento, a pobre menina é vitimada pelo masoquismo de Dona Inácia, uma mulher terrível, que controlava cada movimento da pobre criança, sem lhe dar quaisquer perspectivas de existência enquanto ser humano, xingando-a constantemente. Apenas no contato com as sobrinhas da Dona Inácia é que Negrinha abre-se para as brincadeiras com bonecas no jardim. Esta abertura para o mundo acaba acarretando a sua morte, quando da ausência das meninas, das bonecas e das brincadeiras no jardim.

### **Considerações Finais**

Considerando o caráter de denúncia da realidade brasileira ao longo do processo histórico, os trechos das obras elencadas neste trabalho condensam alguns dos elementos constituintes do projeto de livro didático assumido por Rodrigue, numa proposta interdisciplinar e que acolhe outro olhar sobre a História protagonizada por negros no Brasil, História esta que foi calada por muitos anos e que, neste contexto de debates, lutas e conquistas dos afrobrasileiros, está sendo trazida à tona, a partir de políticas públicas encabeçadas pela Lei n 10.639/03 e da consonância desta com o Programa Nacional do Livro Didático - PNLD. Os trechos que compõem o livro didático *História em Documento: imagem e texto* desempenham importante papel no processo de inclusão de temas etno-raciais propostas pela referida lei de inclusão. Estes textos são algumas das poucas fontes que trazem

uma visão diferente daquela promovida pelas falas oficiais deste o pós-abolição até os dias atuais.

## Referências

BITTENCOURT, Circe. Livros didáticos entre textos e imagens. In: \_\_\_\_\_ (org.). **O saber histórico na sala de aula**. 10 ed. São Paulo: Contexto, 2005, p. 69 – 91.

BRASIL. Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação – FNDE. **Programas – Livro Didático – Histórico**. 2010. Disponível em: <[www.fnde.gov.br/index.php/pnld-historico](http://www.fnde.gov.br/index.php/pnld-historico)>. Acesso em 29 jul. 2010.

\_\_\_\_\_. Presidência da República. Casa Civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos. **Decreto nº 7.084, de 27 de janeiro de 2010 – Dispõe sobre os programas de material didático e dá outras providências**. Disponível em: <<http://www.fnde.gov.br>>. Acesso em 27 jul. 2010.

\_\_\_\_\_. Presidência da República. Casa Civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos. **Lei nº 10.639, de 9 de janeiro de 2003 – Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 e dá outras providências**. Disponível em: <<http://www.planalto.gov.br>>. Acesso em 27 jul. 2010.

OLIVEIRA, Anderson José Machado de. **Leituras políticas da escravidão na América Portuguesa**. Livros & Redes, v. 15, n. 4, p. 1209 – 1213, out. – dez. 2008. Disponível em: <<http://www.unicamp.br>>. Acesso em 27 jul. 2010.

RODRIGUE, Joelza Ester. **História em documento: imagem e texto - 6ª/7ª series**. 1 ed. São Paulo: FTD, 2006.

TERRA, Ernani; NICOLA, José de. **Português de olho no mundo do trabalho**. Volume único. São Paulo: Scipione, 2004.

WISSENBACH, Maria Cristina Cortez. Da escravidão à liberdade: dimensões de uma privacidade possível. In: SEVCENKO (org.). **História da vida privada no Brasil**. São Paulo: Cia das Letras, vol. 3, 1998, p. 50 – 130.

WOODWARD, Kathryn. Identidade e diferença: uma introdução teórica e conceitual. In: SILVA, Tomaz Tadeu da (org.). **Identidade e diferença: a perspectiva dos Estudos Culturais**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2000, p. 7 – 72.